

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL

## Termo de Referência 89/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
89/2025	453860-MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL	PAULO ROBERTO MARTINS CAVALARI	14/05/2026 20:03 (v 0.8)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Serviços de TIC	69/2025	09.2025.00011030

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação integrada de plataforma SIEM com serviços de SOC 24x7 pelo período de 36 (trinta e seis) meses, a fim de atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.
- 1.2. A contratação seguirá conforme descrição, quantitativos e especificações contidas na tabela abaixo, neste Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Documento de Formalização de Demanda (DFD) e anexos;

Lote	Item	CATMAT/CATSER	Descrição	Qtd	Unidade de Fornecimento
1	1	27014	Serviço de resposta a incidentes de segurança da informação através de centro de operação de segurança (SOC) 24x7	36	Mensal
	2	27502	Solução de SIEM - Security Information Event Management com licenciamento e administração	36	Mensal
	3	27502	Adicional de tráfego sob demanda – 1000 EPS	144	Un.

- 1.3. Os serviços objetos desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.4. O prazo de vigência contratual é de 36 (trinta e seis) meses, contados da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, podendo ser prorrogado, respeitando os limites dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

**1.5.** A contratação deve ser enquadrada como serviço continuado devido à sua natureza essencial e ininterrupta para a operação do MPMS. A solução contratada representa importante ferramenta para aumento da segurança de da informação, reduzindo significativamente o risco de vazamentos de dados e acessos não autorizados.;

**1.6.** A contratação integrada de plataforma SIEM com serviços de SOC 24x7 pelo período de 36 (trinta e seis) meses permite o ganho de maturidade na utilização da ferramenta, além de amortizar os custos iniciais de fornecimento da solução, resultando em valores mensais menores se comparado a vigência por período inferior.

**1.7.** As empresas interessadas devem ser cadastradas no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF) no bojo do Portal de Compras do Governo Federal.

**1.8.** Nas contratações cujo valor ultrapasse R\$ 100.000.00 (cem mil reais), a contratada deverá observar as exigências contidas na Resolução TCE/MS n.º 88/2018 (e alterações), em especial quanto ao cadastramento da empresa e de seu representante legal no "Sistema e-CJUR", para fins de remessa de peças relativas a esta contratação àquela Corte de Contas.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**2.1.** Aplica-se a esta contratação os termos e condições das seguintes normas:

**2.1.1.** Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**2.1.2.** Resolução nº 283, de 23 de setembro de 2013, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, que disciplina no âmbito do Ministério Público Brasileiro, procedimentos relativos à contratação de soluções de Tecnologia da Informação.

**2.1.3.** Lei Complementar nº 123/2006 - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

**2.1.4. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**

**2.1.5.** Em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), para a execução do serviço objeto desta contratação, terá acesso aos dados pessoais dos representantes da contratada, tais como o número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual;

**2.1.6.** A contratada/fornecedora manifesta seu expresso consentimento quanto ao uso, pelo MPMS, das informações e dados pessoais, e os dados pessoais sensíveis, se for o caso, por ela repassados em decorrência desta contratação e/ou fornecimento, de acordo com o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018;

**2.1.7.** As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações — em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis — repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual;

**2.1.8.** É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal;

**2.1.9.** As partes responderão administrativa e judicialmente, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

**2.1.10.** A contratada/fornecedora se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, operadores, consultores, e/ou prestadores de serviços, ainda que não sejam destinatários do tratamento, nem parte do contrato, mas que, em razão do exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo;

**2.1.11.** O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul se responsabilizará por assegurar que todos os seus controladores, operadores e servidores, ainda que não sejam destinatários do tratamento, nem parte do contrato, mas que, em razão do exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo;

**2.1.12.** A contratada/fornecedora deverá observar a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, devendo adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo MPMS;

**2.1.13.** A contratada/fornecedora obriga-se a implementar medidas técnicas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, incluindo a capacitação regular dos seus colaboradores, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato está exposto;

**2.1.14.** A contratada/fornecedora, fica obrigada a comunicar ao MPMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

#### **2.1.15. Da Política Antifraude e Anticorrupção**

**2.1.16.** A contratada/fornecedora manifesta ciência da existência da Política Antifraude e Anticorrupção do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021, podendo acessá-la por meio do endereço eletrônico <https://www.mpms.mp.br/atos-e-normas>;

**2.1.17.** As partes se comprometem, durante a execução do contrato, a atuar em conformidade com a Política Antifraude e Anticorrupção do MPMS (Resolução nº 024/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021), o Código de Ética e de Conduta dos servidores do MPMS (Resolução nº 025/2021-PGJ, de 1º de julho de 2021.); a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), de 19 de agosto de 2013, o Decreto nº 11.129, de 11 de julho de 2022, cumprindo as determinações e diretrizes desses documentos na realização de suas atividades;

**2.1.18.** As partes, sob as penas previstas na legislação, devem observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis contra a fraude e a corrupção;

**2.1.19.** Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da contratada, em qualquer um dos seus aspectos, poderá ensejar:

**2.1.19.1.** Instauração do Procedimento de Apuração da Responsabilidade Administrativa – PAR, nos termos do Decreto nº 11.129/2022, com aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis;

**2.1.19.2.** Ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**3.1.** A Fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no bojo do processo administrativo.

### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

#### **4.1. Requisitos da solução**

**4.1.1.** Os requisitos da solução encontram-se pormenorizados nos itens 1 a 5 do Anexo I – Especificações Técnicas Detalhadas.

#### **4.2. Níveis Mínimos de Serviço (NMS)**

**4.2.1.** Os Níveis Mínimos de Serviço encontram-se no item 4.13 (ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS - SLA) do Anexo I – Especificações Técnicas Detalhadas.

### 4.3. Demais requisitos

#### 4.3.1. Temporal

**4.3.1.1.** A fase de implementação inicial deverá ser concluída em prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, contemplando todas as etapas essenciais para disponibilização operacional completa da solução, incluindo instalação, configuração, integração, testes, ajustes, documentação e transferência inicial de conhecimento.

**4.3.1.2.** A tabela a seguir apresenta os principais eventos que ocorrerão durante a execução contratual:

AÇÃO	PRAZO
Apresentação de preposto comercial e preposto técnico formalmente designado à CONTRATANTE	Até 10 dias úteis após a assinatura do contrato
Planejamento e Design Detalhado	Até 15 dias corridos dias após o recebimento da Ordem de Serviço
Integração Inicial de Fontes de <i>Log</i> Prioritárias	Até 15 dias corridos dias após o fim do Planejamento e Design Detalhado
Configuração de Correlações, Alertas e <i>Dashboards</i> Básicos	Até 15 dias corridos dias após o fim da Integração Inicial de Fontes de <i>Log</i> Prioritárias
Emissão do Termo de Recebimento Provisório pela CONTRATANTE	Até 5 dias úteis após o fim da Configuração de Correlações, Alertas e <i>Dashboards</i> Básicos
Refinamento, Ajustes e Otimizações	Até 45 dias corridos após a emissão do Termo de Recebimento Provisório
Emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela CONTRATANTE	Até 5 dias úteis após o fim do Refinamento, Ajustes e Otimizações
Emissão do Termo de Recebimento Mensal Provisório pela CONTRATANTE	Até 5 dias úteis após o final de cada período de faturamento
Emissão do Termo de Recebimento Mensal Definitivo pela CONTRATANTE	Até 5 dias úteis, contados da emissão do Termo de Recebimento Provisório Mensal

*Tabela 1 - Ações e prazos que precisam ser cumpridas no início do contrato.*

#### 4.3.2. Segurança e Privacidade

**4.3.2.1.** A Contratada deverá tratar como informações sigilosas e privadas do MPMS quaisquer informações sobre dados, administração, controle do uso, relatórios, segredo confidencial, processos, fórmulas, fluxogramas, diagramas lógicos relacionados à prestação dos serviços, utilizando-os apenas para as finalidades previstas no Contrato, não podendo revelá-los ou facilitar informações a terceiros.

**4.3.3.** As aplicações voltadas aos administradores poderão utilizar os idiomas português do Brasil ou inglês.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **5.1. Da Sustentabilidade/Impactos Ambientais**

**5.1.1.** Os serviços prestados pela contratada não se enquadram como criadores de impacto relevante ao meio ambiente, não havendo a necessidade de definição de critérios de sustentabilidade.

**5.1.2.** O atendimento técnico deverá ser realizado no idioma português do Brasil.

**5.1.3.** A documentação técnica, quando disponível, deverá ser disponibilizada em português do Brasil ou em inglês.

### **5.2. Da subcontratação**

**5.2.1.** Não será admitida a subcontratação, dada a natureza sensível do objeto da contratação.

### **5.3. Da Garantia da Contratação**

**5.3.1.** Para garantir o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da contratação, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, a contratada procederá a garantia de execução do contrato, nos moldes do artigo 96, da Lei nº 14.133/2021, com validade durante a execução do contrato e por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação;

**5.3.2.** O valor da garantia corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato;

**5.3.3.** A Contratada deverá optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - Seguro-garantia;

III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**5.3.4.** O seguro-garantia deverá ser prestado em até 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato. Para as demais modalidades, a garantia deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato;

**5.3.5.** Em caso de não apresentação da garantia no prazo fixado, a licitante estará sujeita a sanções administrativas;

**5.3.6.** No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser reforçada, complementada ou renovada, conforme o caso, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do termo aditivo/apostilamento;

**5.3.7.** A caução em dinheiro será depositada em Instituição Financeira Idônea, autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil, para os fins a que se destina, em conta específica no Banco do Brasil em favor do Contratante, com correção monetária, sendo o recibo de depósito o único meio hábil de comprovação desta exigência;

**5.3.8.** Os títulos da dívida pública deverão ter valor de mercado compatível com o valor a ser garantido no contrato, preferencialmente em consonância com as espécies recomendadas pelo Governo Federal, como aqueles previstos no artigo 2º, da Lei nº 10.179, de 06 de fevereiro de 2001;

**5.3.9.** A fiança-bancária deverá estar vinculada à Instituição Financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil;

**5.3.10.** O seguro-garantia deverá ser emitido por pessoa jurídica fiadora devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para emissão do referido documento, observada a legislação que rege a matéria, especialmente as disposições da Circular SUSEP nº 477, de 30 de setembro de 2013, Circular SUSEP nº 577, de 26 de setembro de 2018, e alterações.

**5.3.11.** Qualquer que seja a modalidade escolhida, a garantia assegurará o pagamento de:

**5.3.11.1.** Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

**5.3.11.2.** Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**5.3.11.3.** Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à Contratada;

**5.3.11.4.** Obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Contratada;

**5.3.11.5.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados nas alíneas do item 5.3.11;

**5.3.12.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, inclusive em decorrência de reforço ou prorrogação da vigência, acarretará a aplicação de multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor mensal estimado contrato por dia de atraso, observado o máximo de 10% (dez por cento);

**5.3.13.** O atraso superior a 15 (quinze) dias corridos para apresentar a garantia autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato sem prejuízo de outras sanções administrativas, conforme dispõe o artigo 162, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

**5.3.14.** A garantia somente será considerada liberada ou restituída 3 (três) meses após a finalização da fiel execução do contrato e será acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato. O prazo de 3 (três) meses acima poderá ser estendido em caso de ocorrência de sinistro;

**5.3.15.** Quando da liberação ou restituição da garantia, se prestada em dinheiro, será atualizada monetariamente;

**5.3.16.** Caso o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada;

**5.3.17.** O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a contratada não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas;

**5.3.18.** É de inteira responsabilidade da contratada a renovação da garantia prestada, quando couber, estando sua liberação condicionada ao término das obrigações contratuais com o contratante;

**5.3.19.** Na ocorrência de celebração de Termo Aditivo de prorrogação de contrato e/ou acréscimo contratual de valor, inclusive reajustamento, deverá ser prestada garantia proporcional frente ao novo valor, nas mesmas condições estabelecidas nesta Cláusula;

**5.3.20.** Além das condições especificadas nos itens anteriores, aplicam-se às condições e às garantias as disposições do Código Civil e do Código de Defesa do Consumidor.

#### **5.4. Do sigilo e segurança da informação**

**5.4.1.** A contratada deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo contratante a tais documentos;

**5.4.2.** A contratada não poderá divulgar quaisquer informações a que tenham acesso em virtude dos trabalhos a serem executados ou de que tenham tomado conhecimento em decorrência da execução do objeto do contrato, sem autorização, por escrito, do contratante, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, além do pagamento de indenização por perdas e danos;

**5.4.3.** A fim de garantir-se as condições dos itens supramencionados, a contratada deverá assinar o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e entregar ao Gestor e/ou Fiscal da contratação antes do início da execução do contrato.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**6.1.** Os itens 1 e 2 serão executados sob o regime de empreitada por preço global e o item 3 por preço unitário.

**6.2.** Justifica-se a utilização do regime de empreitada por preço global para os itens 1 e 2, considerando que a contratação dos serviços ocorrerá em parcelas mensais, excetuando os serviços do item 3, o qual será executado por preço unitário, conforme a necessidade do Órgão.

**6.3.** A contratação do objeto licitado dar-se-á mediante a celebração de contrato entre o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) e a licitante vencedora;

**6.4.** A Adjudicatária será cientificada e deverá efetivar a assinatura do contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, a contar de sua ciência;

**6.5.** O prazo da assinatura do contrato, a critério da Administração, poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado pela adjudicatária durante o transcurso do prazo inicial, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela Administração;

**6.6.** Na ocorrência de recusa da adjudicatária em assinar ou devolver o contrato devidamente assinado, sem prejuízo das sanções cabíveis, será convocada a segunda classificada para fazê-lo em idêntico prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços oferecidos, porém sem cominações de qualquer sanção pela recusa;

**6.7.** A implementação inicial deverá ser concluída em prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, após a confirmação do recebimento da Ordem de Serviço que será emitida pela Secretaria de Tecnologia da Informação/PGJ;

**6.8.** Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimado o fornecedor no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação.

**6.9.** A modalidade principal de atendimento será do tipo remota, ou seja, a ser realizada através das dependências da contratada, obedecendo os critérios estabelecidos para execução neste Termo de Referência e anexos.

**6.10.** Os requisitos de garantia, suporte e manutenção estão descritos no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

**6.11.** A contratada deverá executar os serviços, após a confirmação do recebimento da Ordem de Serviço que será emitida pela Secretaria de Tecnologia da Informação/PGJ;

**6.12.** As solicitações de prorrogação de prazo, em eventuais situações extraordinárias, serão submetidas à análise do Contratante.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**7.1.** Após a assinatura do contrato, poderá ser realizada reunião inicial de alinhamento entre o Gestor, Fiscais e Representantes da empresa, momento no qual as partes serão apresentadas e irão discutir pormenorizadamente o cronograma referente ao serviço objeto desta contratação, de forma a atender aos prazos estabelecidos no instrumento contratual, dirimindo assim eventuais dúvidas.

**7.2.** A Gestão e Fiscalização do Contrato caberão a servidores, que serão designados formalmente por meio de portaria específica.

**7.3.** Os Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante responsabilizar-se-ão pela fiscalização da execução do objeto contratual, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, conforme suas respectivas atribuições, utilizando-se o que dispõe a Lei nº 14.133/21 e a Resolução nº 283/2024 do CNMP, no que couber, solicitando ao Gestor, conforme seja necessário, as providências necessárias à regularização das falhas, faltas e defeitos observados.

**7.4.** A atuação de Gestores e Fiscais observará o disposto na Resolução 02/2023-PGJ, de 8 de março de 2023, que disciplina os procedimentos de Gestão e Fiscalização Contratual no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, sem prejuízo da aplicação de outras normativas correlatas.

## **8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E REAJUSTE**

**8.1.** Concluída a implementação do objeto, a fiscalização do contrato terá a oportunidade de aferir a aderência do serviço prestado ante ao especificado no Termo de Referência e comprometido mediante proposta;

**8.2.** Ao final de cada mês, a CONTRATADA encaminhará à equipe técnica do MPMS um relatório contendo as informações necessárias para aferição da qualidade dos serviços prestados, conforme estipulado no Anexo I – Especificações Técnicas Detalhadas.

### **8.3. Do recebimento do objeto:**

**8.3.1.** O recebimento inicial dos serviços ocorrerá da seguinte forma:

**8.3.1.1. PROVISORIAMENTE:** pela equipe técnica, em até 5 (cinco) dias úteis após o fim da Configuração de Correlações, Alertas e Dashboards Básicos, ser realizado;

**8.3.1.2.** O faturamento dos serviços será contabilizado a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório;

**8.3.1.2.1.** Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o serviço foi executado em desacordo com o contrato, com o edital e seus anexos ou com a proposta, com incorreção, ou incompleto, após notificação por escrito à contratada serão interrompidos os prazos de recebimento e não será autorizado o início do faturamento, até que sanada a situação.

**8.3.1.3. DEFINITIVAMENTE:** a aceitação final se dará após o término do Período de Funcionamento Experimental (PFE), que se inicia com a emissão do Termo de Recebimento Provisório e se encerra após a etapa de refinamento, ajustes e otimizações, em até 5 (cinco) dias úteis, pelos fiscais e gestor do contrato;

**8.3.1.4.** O PFE será reiniciado sempre que for detectada alguma falha ou incompatibilidade entre os serviços prestados e as especificações técnicas do TR, adiando assim a data de início do faturamento para o momento em que a falha/problema/inconsistência identificada e formalizada tenha sido sanada pela contratada;

**8.3.1.5.** Ao final do PFE, concluído com sucesso, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo (TRD), pelos fiscais e gestores do contratante, autorizando, a partir de então a emissão das faturas de serviço.

**8.3.2.** O recebimento mensal dos serviços ocorrerá da seguinte forma:

**8.3.2.1. PROVISORIAMENTE:** pela equipe técnica, em até 5 (cinco) dias úteis após o final de cada período de faturamento, ser realizado;

**8.3.2.2. DEFINITIVAMENTE:** em até 5 (cinco) dias úteis, após o Termo de Recebimento Provisório Mensal, pelos fiscais e gestor do contrato.

**8.3.3.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.;

**8.3.4.** Quaisquer irregularidades deverão ser corrigidas no prazo máximo de 10 (dez) dias depois de formalizada a reclamação;

**8.3.5.** As empresas que não cumprirem as condições acima estipuladas sofrerão as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.



#### **8.4. Do Pagamento**

**8.4.1.** O pagamento será efetuado mensalmente pelo MPMS, por meio de ordem bancária a favor da pessoa jurídica contratada, até o 15º (décimo quinto) dia, após a Nota Fiscal ter sido devidamente atestada equipe de fiscalização contratual;

**8.4.2.** Para a hipótese de pagamento após o prazo supramencionado, de forma injustificada, o valor constante no documento fiscal deverá ser corrigido monetariamente “pro rata die” com base no IPCA-IBGE ou outro que vier a substituí-lo, e acrescido de juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, também calculado “pro rata die”;

**8.4.3.** A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal correspondente, o nome do banco, respectiva agência e número de sua conta bancária;

**8.4.4.** A nota fiscal/fatura que contiver erro, será devolvida à CONTRATADA, para retificação e reapresentação, iniciando a contagem dos prazos fixados para o atesto, a partir do recebimento da nota fiscal/fatura corrigida;

**8.5.** O CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pelo Fornecedor;

**8.6.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à contratada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;

**8.7.** Nenhum prazo de recebimento correrá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança;

**8.8.** O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

**8.9.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período;

**8.10.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.10.1.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a contratada providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**8.10.2.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

**8.10.2.1.** Poderão ser solicitadas à contratada o envio de documentos complementares não constantes no SICAF.

**8.10.3.** O contratante realizará consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.10.4.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante;

**8.10.5.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**8.10.6.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a contratada a ampla defesa;

**8.10.7.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **8.11. Dos ajustes do pagamento (glosas)**

**8.11.1.** O Acordo de Nível de Serviço será pormenorizado no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

## **8.12. Do Reajuste**

**8.12.1.** O valor contratual poderá ser reajustado, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro que vier a substituí-lo.

# **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO**

**9.1.** A fornecedora será selecionada por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por lote.

**9.2.** Justificativa para divisão por lotes:

**9.2.1.** Os itens 1 a 3, objetos desta licitação, formam única solução, devendo, portanto, ser licitado em grupo de acordo com sua interdependência, sendo o lote executado por uma única empresa, de forma a garantir a prestação de serviços de forma completa, minimizando o risco de indisponibilidade da solução, o que comprometeria o funcionamento desta.

**9.3.** Não poderão disputar este certame ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

**9.3.1.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, considerando que o objeto, por se tratar de serviço comum, não exige peculiaridades técnicas diversas e, portanto, as empresas interessadas em participar do certame podem executar o serviço sozinhas, ou seja, sem a necessidade de contrato prévio com outras empresas para assumir as obrigações contratuais

**9.3.2.** Pessoa física, nos termos do art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 29/2022-PGJ de 5 de julho de 2022, uma vez que os serviços objetos da contratação são de alta complexidade, sendo necessária equipe para implantação e sustentação;

**9.3.3.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**9.3.4.** A pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**9.3.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**9.3.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**9.3.7.** A pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**9.4.** O impedimento de que trata o subitem 6.1.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica da licitante;

**9.5.** A licitante participante, provisoriamente classificada em primeiro lugar, quando convocada, deverá apresentar as Certidões Negativas referente ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, ambos mantidos pela Controladoria-Geral da União;

**9.6.** Para fins de formalização de contratação, bem como nas prorrogações de prazos de vigência de contratos, será exigida a apresentação das Certidões Negativas mencionadas no item anterior;

**9.7.** Para fins de aplicação das sanções administrativas constantes do edital, o lance é considerado proposta;

**9.8.** Nos preços cotados deverão ser computadas todas as despesas incidentes sobre o serviço, ficando vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação de custos;

**9.9.** A validade da Proposta apresentada pela licitante não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.

**9.10.** Será adotado para o envio de lances o modo de disputa aberto e fechado em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado;

**9.11.** Os preços unitários propostos (lance final) não poderão ser superiores aos valores unitários orçados, ainda que o valor do lote ofertado seja inferior ao total orçado pela Administração;

**9.12.** Na fase de análise das propostas apresentadas pelos fornecedores, o certame poderá ser suspenso para fins de análise técnica pormenorizada do item por parte do Setor demandante e emissão de manifestação técnica conclusiva;

**9.13.** Somente serão aceitas as propostas em que sejam ofertadas o quantitativo total de itens solicitados pelo Órgão

**9.14.** Nos termos do art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021, serão desclassificadas as propostas que apresentarem preços inexequíveis ou que não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração Pública.

**9.15.** A verificação da exequibilidade visa assegurar que os preços ofertados sejam compatíveis com os custos necessários à execução contratual, evitando prejuízos à Administração e garantindo a continuidade do fornecimento. Para tanto, a Administração poderá realizar diligências junto aos licitantes ou exigir a apresentação de planilhas de composição de custos unitários, especialmente nos seguintes casos:

**9.15.1.** Quando os preços ofertados forem 50% ou mais abaixo da média de mercado, será obrigatória a apresentação de justificativa técnica detalhada, acompanhada de planilha discriminando os custos diretos e indiretos, tributos, frete, margem de lucro e demais encargos incidentes;

**9.15.2.** A ausência de comprovação da exequibilidade poderá acarretar a desclassificação da proposta, conforme previsto no inciso IV do caput do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

**9.16.** Adicionalmente, conforme o art. 35 da Resolução nº 030/2022-PGJ, de 05 de junho de 2022, do MPMS, será considerado indício de inexequibilidade o oferecimento de valores inferiores a 50% do valor orçado pela Administração. Nesses casos, a inexequibilidade somente será confirmada após diligência do agente de contratação ou da comissão de contratação, que deverá comprovar:

I – Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta apresentada;

II – Que não existem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**9.17.** O objetivo dessas medidas é garantir que a contratada possua condições reais de cumprir as obrigações assumidas, preservando a economicidade, a eficiência administrativa e a continuidade do fornecimento dos bens.

**9.18.** Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 60 da Lei nº 14.133/2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, nesta ordem estabelecida:

- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

**9.18.1.** Para fins do disposto na alínea “c” do item anterior serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

**9.18.1.1.** Medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do licitante;

**9.18.1.2.** Ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

**9.18.1.3.** Igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

**9.18.1.4.** Práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

**9.18.1.5.** Programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

**9.18.1.6.** Ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

**9.18.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- a) empresas estabelecidas no estado de Mato Grosso do Sul;
- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação da mudança do clima, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**9.18.3.** Conforme disposto no artigo 28, § 2º, da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79, de 12 de setembro de 2024, permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

**9.19.** Na fase de análise das propostas apresentadas pelos fornecedores, o certame poderá ser suspenso para fins de análise técnica pormenorizada do item por parte do Setor demandante e emissão de manifestação técnica conclusiva.

**9.20.** Somente serão aceitas as propostas em que sejam ofertadas o quantitativo total de itens solicitados pelo Órgão.

## **9.21. Da Participação de ME/EPP**

**9.21.1.** Conforme Lei Complementar nº 123/2006, o tratamento diferenciado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverá ser aplicado da seguinte forma:

**9.21.1.1.** O certame será exclusivamente destinado à participação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006), sempre que o valor do item for inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

**9.21.1.2.** Não será estabelecida cota de até 25% (vinte e cinco por cento) referente aos itens/lote do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (Art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006) uma vez que o parcelamento do objeto acarretaria indesejável heterogeneização de fornecedores, dificultando sobremaneira os processos de administração, diagnóstico, correção de falhas, etc.

**9.21.1.3.** Nos termos do artigo 38, § 10, da Resolução nº 6/2023-PGJ, de 14 de março de 2023, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015);

**9.21.1.4.** Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006).

**9.22.** Para fins de **habilitação**, deverá a licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **9.22.1. Da Habilitação Jurídica**

**9.22.1.1.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.22.1.2.** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

**9.22.1.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.22.1.4.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**9.22.1.4.1.** As exigências a serem comprovadas por documentação emitida em língua estrangeira serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

**9.22.1.4.2.** Para fins de assinatura do contrato, os documentos emitidos em língua estrangeira serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**9.22.1.5.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.22.1.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

**9.22.1.7.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **9.22.2. Da Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista**

**9.22.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.22.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

**9.22.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.22.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.22.2.5.** A licitante deverá apresentar prova de regularidade fiscal perante o Fisco Municipal, conforme o local de seu domicílio ou sede, relacionada à atividade econômica pertinente ao objeto desta contratação (Serviços de Segurança da Informação).

**9.22.2.5.1.** Caso a licitante seja isenta da obrigação de inscrição ou de recolhimento de tributos junto à Fazenda Municipal, deverá apresentar declaração emitida pelo respectivo órgão fazendário, atestando tal condição.

**9.22.2.6.** A documentação relativa à regularidade fiscal poderá ser comprovada com certidões emitidas, por meio físico ou eletrônico, com validade na data de sua apresentação, conforme a legislação vigente.

**9.22.2.7.** No caso de a licitante ser qualificada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de contratação, não constituindo condição para participação na fase de habilitação. Tal procedimento observará o disposto no art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 4º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.

### **9.22.3. Da Qualificação Econômica Financeira**

**9.22.3.1.** Apresentar Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**9.22.3.2.** Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), conforme, PARECER n. 00017/2024/CNLCA/CGU/AGU, comprovados mediante a apresentação pela contratada de balanço patrimonial do último exercício social e obtido pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

**9.22.3.2.1.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

**9.22.3.3.** As exigências quanto a qualificação justifica-se a fim de assegurar a execução integral da contratação, prevenindo dessa forma a Administração de que empresas sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, venham a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentem capacidade para concluir o objeto da obrigação.

**9.22.3.4.** A exigência exclusiva das demonstrações contábeis do último exercício social para a presente contratação mostra-se suficiente e adequada para garantir a atualidade das informações sobre a capacidade econômico-financeira da proponente, respeitando os princípios da legalidade e razoabilidade, evitando exigências excessivas, assegurando a igualdade de condições entre os licitantes, sem restringir a competitividade. Além disso, mostra-se compatível com a natureza do objeto a ser contratado.

### **9.22.4. Da Qualificação Técnica:**

**9.22.4.1 Para o lote 01, a licitante deverá apresentar atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedidos(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução por no mínimo 12 (doze) meses ininterruptos de serviços de SOC (Security Operations Center), usando a ferramenta tecnológica SIEM.**

**9.22.4.2.** Todos os atestados deverão obrigatoriamente ser emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado e conter:

**9.22.4.2.1.** Razão Social, CNPJ e endereço completo da Empresa Emitente;

**9.22.4.2.2.** Razão Social da Contratada;

**9.22.4.2.3.** Número e vigência do contrato, se for o caso;

**9.22.4.2.4.** Objeto do contrato;

**9.22.4.2.5.** Declaração de que foram atendidas as expectativas do cliente quanto ao cumprimento de cronogramas pactuados;

**9.22.4.2.6.** Local e Data de Emissão;

**9.22.4.2.7.** Identificação do responsável pela emissão do atestado, Cargo, Contato (telefone e correio eletrônico);

**9.22.4.2.8.** Assinatura do responsável pela emissão do atestado.

**9.22.4.3.** Os atestados apresentados poderão ser objeto de diligência a critério do CONTRATANTE, para verificação da autenticidade do conteúdo. Se encontrada divergência entre o especificado no atestado de capacidade e o apurado em eventual diligência, além da desclassificação no presente processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis;

**9.22.4.4.** A licitante deverá informar os dados de contato do(s) emitente(s) do(s) Atestado(s) (telefone, endereço, e-mail);

**9.22.4.5.** No caso de Atestados emitidos por empresa da iniciativa privada, aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente serão alvo de diligências;

**9.22.4.5.1.** Serão considerados como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente, ou que tenha pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa emitente e da empresa proponente;

**9.22.4.6.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor;

**9.22.4.7.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos;

**9.22.4.8.** Encontrada divergência entre o especificado nos Atestados e o apurado em eventual diligência, inclusive validação do contrato de prestação de serviços entre o emissor do Atestado e a licitante, além da inabilitação no processo licitatório, fica sujeita a licitante às penalidades cabíveis;

**9.22.4.9.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

**9.22.5.** O(s) licitante(s) participante(s), provisoriamente classificado(s) em primeiro lugar, quando convocado(s), deverá(ão) manifestar-se quanto ao cumprimento das seguintes exigências:

**9.22.5.1.** Declaração de não parentesco, ou seja, de que não se enquadra nas vedações estabelecidas pela Resolução nº 37/2009, alterada pela Resolução nº 172/2017, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público;

**9.22.5.2.** Da reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV; art. 92, XVII; art. 116 e art. 137, IX, todos da Lei nº 14.133/2021) e;

**9.22.5.3.** Da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (art. 68, VI, Lei nº 14.133/2021).

## **10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1.** O custo estimado da contratação é de R\$ 5.924.114,28 (cinco milhões novecentos e vinte e quatro mil cento e quatorze reais e vinte e oito centavos).

## **11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1.** A contratação dos serviços está prevista no orçamento anual desta Instituição, no Plano Anual de Contratações 2026, Unidade Gestora – Procuradoria-Geral de Justiça – Funcional Programática nº 10.07101.03.091.0004.2062.0003 – Natureza de Despesa 33904011 - Despesas com licenças de uso de *software* de processamento de dados. (licenças).

## **12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**12.1.** Participar da reunião de alinhamento de que trata o item modelo de gestão de contrato, na data e horário marcados, conforme conveniência da Administração;

**12.2.** Indicar um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada junto ao MPMS para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado por este órgão;

**12.3.** Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

**12.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**12.5.** Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e Anexos, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

**12.6.** Fornecer suporte técnico nas condições estabelecidas;

**12.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções que forem detectados durante a vigência do instrumento contratual, cuja responsabilidade lhe seja atribuível, exclusivamente;

**12.8.** Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

**12.9.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**12.10.** Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

**12.11.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente contratação;



**12.12.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**12.13.** A contratada deverá cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

**12.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto, não podendo divulgá-las sem autorização, por escrito, do contratante, sob pena de sofrer as sanções legais;

**12.15.** O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo, deverá ser assinado pela Contratada, e entregue ao Gestor e/ou Fiscal da Contratação antes do início da execução do objeto;

**12.16.** Estimar todos os custos dos objetos desta licitação, não podendo esta estimativa ser utilizada futuramente como motivo para pleitear acréscimos de qualquer natureza nos preços das propostas;

**12.17.** Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do Contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

**12.18.** Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

**12.19.** Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

**12.20.** Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

**12.21.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

**12.22.** A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

**12.23.** A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

**12.24.** Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

**12.25.** A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

**12.26.** Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação.

**12.27.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**12.28.** A contratada é obrigada a disponibilizar e manter atualizados conta de e-mail, endereço e telefones comerciais para fins de comunicação formal entre as partes;

**12.28.1.** A contratada se responsabilizará pelo correio eletrônico fornecido, de modo que, qualquer alteração desse endereço deverá ser comunicada ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, considerando-se válida toda correspondência enviada ao endereço constante dos autos;

**12.28.2.** Em se tratando de comunicação enviada pelo correio eletrônico, considera-se intimada a contratada no primeiro dia útil seguinte ao envio, iniciando-se a contagem do prazo no dia imediatamente posterior ao da intimação;

**12.28.3.** A contratada deverá confirmar o recebimento das mensagens provenientes do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

**12.29.** A contratada deve observar as disposições sobre a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, as quais estão previstas no item "Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)" deste documento.

**12.30.** A contratada deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos prevista em outras normas específicas.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**13.1.** Convocar a Contratada para a reunião de alinhamento, a fim de atender ao previsto no item modelo de gestão de contrato.

**13.1.2.** A reunião de alinhamento, a critério do CONTRATANTE, poderá ser substituída por outros meios que permitam o levantamento das informações necessárias ao início da execução contratual.

**13.2.** Efetuar o pagamento nas condições pactuadas;

**13.3.** Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

**13.4.** Notificar a Contratada sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço;

**13.5.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados que foram entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, exigindo sua correção em prazo razoável a ser estabelecido, sob pena de suspensão do contrato, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pelo Contratante;

**13.6.** Vistoriar o cumprimento do que foi proposto na descrição do serviço ofertado;

**13.7.** Aplicar as penalidades cabíveis;

**13.8.** Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por qualquer outro motivo que caracterize a necessidade de tal medida;

**13.9.** Comunicar prontamente à contratada qualquer anormalidade na execução do objeto, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas para a contratação;

**13.10.** Exercer a fiscalização dos serviços prestados.

## **14. DAS SANÇÕES**

**14.1.** A empresa licitante ou contratada que descumprir, parcial ou totalmente, regra estabelecida no planejamento, no edital de licitação, nos instrumentos auxiliares, em aviso de dispensa e/ou em contrato firmado pelo MPMS, observado o devido processo legal e assegurados o contraditório e a ampla defesa, fica sujeito às seguintes sanções administrativas, nos termos da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

**14.1.1.** Advertência;

**14.1.2.** Multa;

**14.1.3.** Multa de mora por atraso injustificado na entrega do objeto ou na execução do contrato, que será calculada progressivamente, por dia de atraso, sobre o valor da obrigação não cumprida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, observando-se a relação proporcional dos dias/horas de atraso com o prazo de entrega ou execução contratualmente estabelecido, na forma a seguir disposta:

I – atraso de até 25% (vinte e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia/hora de atraso;

II – atraso entre 25,01 (vinte e cinco vírgula zero um) e 50% (cinquenta por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia/hora de atraso;

III – atraso entre 50,01 (cinquenta vírgula zero um) e 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) por dia de atraso;

IV – atraso superior a 75% (setenta e cinco por cento) do prazo estipulado para o cumprimento da obrigação – multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia/hora de atraso.

**14.1.4. Compensatória, nos seguintes percentuais e observando-se os seguintes parâmetros:**

I – de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado para a contratação, para aquele que não mantiver:

a) a regularidade dos documentos exigidos na habilitação e/ou não comunicar fato que altere sua condição;

b) preço, condição e/ou marca, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, para fins de contratação;

II – 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III – de 20% a 30% (de vinte por cento a trinta por cento) sobre a parcela inadimplida ou sobre o valor da fatura correspondente ao período em que tenha ocorrido a falta, em caso de inexecução parcial do contrato;

IV – de 25% a 30% (de vinte e cinco por cento a trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação, em caso de:

a) apresentação de documentação ou declaração falsas durante a licitação/contratação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação/contratação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer outra natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação/contratação;

e) prática de ato lesivo à administração pública;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou que lhe diminuam o valor ou, ainda, que estejam fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

V – 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado da contratação em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

**14.1.5. Caso o contrato ainda não tenha sido celebrado, o percentual para cálculo da multa incidirá sobre o valor estimado da contratação.**

**14.1.6. No caso de inexecução parcial do objeto, mesmo quando houver interesse na continuidade da contratação, a multa compensatória será de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não cumprida, observado que o valor final apurado para a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato, nos termos do § 3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.**

**14.1.7.** A inexecução parcial ou total do objeto, quando não houver interesse na continuidade da contratação, implicará a aplicação de multa compensatória de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

**14.1.8.** Nas hipóteses em que o percentual estabelecido para a aplicação de sanção for variável, a definição dependerá da especificidade do objeto e do seu impacto no funcionamento do MPMS, conforme parâmetros definidos no planejamento, no edital/instrumento equivalente ou no contrato.

**14.1.9.** Nos contratos de obras e demais serviços de engenharia, se for o caso, considera-se parcela inadimplida a etapa ou subetapa em que tenha ocorrido o atraso ou a inexecução e todas as demais (anteriores e/ou posteriores) que tenham sido impactadas pela falta administrativa, salvo disposição em contrário no planejamento, nos instrumentos auxiliares no instrumento convocatório e/ou instrumento contratual.

**14.1.10.** Em caso de infração praticada durante o procedimento de seleção, o fornecedor ficará sujeito à sanção de multa compensatória sobre o valor estimado para a contratação nos seguintes percentuais:

I – 10% (dez por cento) para as condutas tipificadas no art. 12 da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

II – 15% (quinze por cento) para as condutas tipificadas no art. 13 da Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024.

**14.1.11.** Impedimento de licitar e contratar com o MPMS e com o Estado de Mato Grosso do Sul, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

**14.1.12.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública direta e indireta de todos os entes federativos, observando-se os parâmetros e prazos estabelecidos na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024;

**14.2.** As sanções de advertência, impedimento de licitar/contratar e declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas cumulativamente com as de multa.

**14.3.** A sanção de impedimento de licitar e contratar não poderá ser aplicada cumulativamente com a de declaração de inidoneidade.

**14.4.** A aplicação das sanções previstas neste termo, conforme Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, não exclui, em nenhuma hipótese, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

**14.5.** A Administração pode, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor presumido da multa, concomitantemente à instauração do regular procedimento administrativo, no qual será assegurado ao contratado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

**14.5.1.** O valor de multa retido cautelarmente será liberado ao contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o provimento do recurso ou a reconsideração da decisão pela aplicação da sanção.

**14.6.** A multa deverá ser recolhida por meio de depósito bancário identificado na conta bancária informada pelo contratante, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento pelo fornecedor sancionado, salvo se outro prazo e forma estiverem previstos no instrumento de planejamento da contratação;

**14.7.** Caso o fornecedor não efetue o recolhimento em conta, o valor da multa aplicada, observada a seguinte ordem, será:

I – descontado dos créditos a que fizer jus, decorrentes do mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o interessado possua com o mesmo órgão ou a entidade sancionadora;

II – descontado do valor da garantia prestada, se for o caso;

III – cobrado judicialmente.

**14.7.1.** Quando a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao fornecedor contratado, acrescido dos valores de garantia prestada, a diferença será apurada e cobrada

pelo contratante, que intimará o fornecedor a efetuar o pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, por meio de depósito identificado, nos mesmos termos previstos no artigo 10 da Resolução nº 30/2024, de 1º de agosto de 2024.

**14.7.2.** Não sendo possível a quitação total dos valores apurados a título de multa e indenizações, o contratante encaminhará cópia do processo à Procuradoria-Geral do Estado para inscrição na dívida e cobrança judicial.

**14.8.** O prazo da sanção de impedimento de licitar e contratar com a administração pública estadual, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes por parte do Secretário(a)-Geral, será de no máximo 3 (três) anos.

**14.9.** O prazo da sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública, após análise das circunstâncias agravantes e atenuantes, será de no mínimo 3 (três) anos e de no máximo 6 (seis) anos, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado em decorrência das irregularidades constatadas.

**14.10.** A aplicação de Sanções Administrativas observará o disposto na Resolução nº 30/2024-PGJ, de 1º de agosto de 2024, que “*regulamenta o processo administrativo, o procedimento de apuração e os parâmetros para aplicação de sanções administrativas por infração dos participantes de processos de seleção de fornecedores, incluídos procedimentos auxiliares, aos contratados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e por seus fundos especiais e demais unidades gestoras subordinadas, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021*”.

## 15. DA CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

**15.1.** Classifica-se o presente Termo de Referência e os seus anexos como documento público, para fins de cumprimento do art. 21 da Lei nº 12.527/2011.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**CAIO FERREIRA CAMPOS**

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 19:18:50.

**JORGE ANTONIO ARANTES VILELA**

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 18:21:20.

**BRUNO DE ABREU CACERES**

Integrante Requisitante



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 18:53:11.*

**MYRIAN RAQUEL RODRIGUES DA SILVA**

Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação



*Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 20:03:41.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO II - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENCAO DE SIGILO.pdf (147.65 KB)
- Anexo II - ANEXO I - ESPECIFICACOES TECNICAS.pdf (289.93 KB)

# Anexo I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS



## Sumário

1. SERVIÇO DE RESPOSTA A INCIDENTES DE SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DE CENTRO DE OPERAÇÃO DE SEGURANÇA (SOC) 24X7 .....	4
2. SOLUÇÃO DE SIEM - SECURITY INFORMATION EVENT MANAGEMENT COM LICENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO .....	9
3. ADICIONAL DE TRÁFEGO SOB DEMANDA – 1000 EPS.....	15
4. REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS.....	15
5. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL .....	28

RESUMO DOS ITENS E QUANTIDADES

Lote	ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	UNIDADE	QTD
1	1	Serviço de resposta a incidentes de segurança da informação através de centro de operação de segurança (SOC) 24x7	Mensal	36
	2	Solução de SIEM - Security Information Event Management com licenciamento e administração	Mensal	36
	3	Adicional de tráfego sob demanda - 1000 EPS	Un	144

## 1. SERVIÇO DE RESPOSTA A INCIDENTES DE SOLUÇÕES DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO ATRAVÉS DE CENTRO DE OPERAÇÃO DE SEGURANÇA (SOC) 24X7

- 1.1. Para o fornecimento de serviço de monitoramento e resposta a incidentes dos *Assets* de segurança da CONTRATANTE, a empresa CONTRATADA deverá prover através da sua central de serviços SOC, todos os recursos de infraestrutura, ferramentas e time especializado para atendimento remoto em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, durante todo o período de vigência do contrato;
- 1.2. A central de serviços SOC deverá fornecer as exigências de infraestrutura:
  - 1.2.1. O Centro de Operações de Segurança (SOC) da empresa CONTRATADA deve conter sistemas avançados de vídeo Wall e painéis com TVs, permitindo que os operadores realizem o monitoramento de incidentes de segurança em tempo real. Este arranjo deve facilitar a rápida identificação e reação a potenciais ameaças, assegurando uma gestão eficaz de incidentes;
  - 1.2.2. O Centro de Operação deve ser situado no Brasil e deve estar plenamente operacional desde a data de abertura da licitação, comprovando no mínimo 1 (um) ano de operação contínua e eficiente;
  - 1.2.3. A CONTRATADA deverá indicar o local onde possui sua estrutura de central de atendimento, deve estar estabelecido no Brasil e estará sujeito à diligência por parte da CONTRATANTE;
  - 1.2.4. Todos os atendimentos devem ser iniciados no Brasil e no idioma português do Brasil;
  - 1.2.5. Deve conter Sistema de gerenciamento de CFTV, que viabilize o rastreamento de pessoas dentro do ambiente da CONTRATADA e cujas imagens possam ser recuperadas;
  - 1.2.6. Deve filmar toda a área, mantendo as imagens armazenadas por, no mínimo, 60 (sessenta) dias;
  - 1.2.7. Deve efetuar registro de entrada e saída dos visitantes, com identificação individual, em todos os acessos ao SOC;
  - 1.2.8. Deve possuir solução de monitoramento de disponibilidade e desempenho;
  - 1.2.9. O perímetro físico do SOC deve ser equipado com sensor de intrusão e alarmes contra acesso indevido;
  - 1.2.10. Deve ter controle de acesso físico com pelo menos 2 (dois) dos seguintes fatores de autenticação, a saber:

- 1.2.10.1. Cartão de identificação magnético;
- 1.2.10.2. Biometria de leitura de digital;
- 1.2.10.3. Identificação facial.
- 1.2.11. Funcionar em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano;
- 1.2.12. Possuir registro de entrada e saída de pessoas mantidos por pelo menos 60 dias;
- 1.2.13. Possuir sistemas redundantes para armazenamento de dados e alimentação de energia (UPS e gerador);
- 1.2.14. Possuir estrutura de armazenamento de dados que permita a manutenção dos registros dos eventos relacionados aos serviços;
- 1.2.15. O SOC da CONTRATADA deverá ter a certificação ISO/IEC 27001 ou, na falta de certificação vigente, deverá, ao menos demonstrar a adoção de boas práticas de segurança da informação compatíveis com padrões internacionalmente reconhecidos, como os estabelecidos pela norma ISO/IEC 27001. Mesmo sem a certificação formal, espera-se que a empresa atenda aos seguintes requisitos mínimos com relação ao ambiente de SOC:
  - 1.2.15.1. Governança de Segurança: Existência de políticas e procedimentos documentados para gestão da segurança da informação, incluindo controle de acesso e resposta a incidentes;
  - 1.2.15.2. Gestão de Acessos: Implementação de controles para garantir que o acesso a sistemas e dados seja concedido com base em princípios de necessidade e privilégio mínimo, com mecanismos de autenticação forte;
  - 1.2.15.3. Proteção de Dados: Adoção de medidas técnicas e organizacionais para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações tratadas, incluindo criptografia, backups regulares e controle de versões;
  - 1.2.15.4. Gestão de Vulnerabilidades: Processo contínuo de identificação, avaliação e correção de vulnerabilidades em sistemas, aplicações e infraestrutura;

- 1.2.15.5. Treinamento e Conscientização: Programas regulares de capacitação e conscientização em segurança da informação para colaboradores, prestadores de serviço e terceiros envolvidos no projeto;
- 1.2.15.6. Monitoramento e Auditoria Interna: Mecanismos de monitoramento de atividades relevantes e auditorias internas periódicas para verificar conformidade com as políticas de segurança;
- 1.2.15.7. Gestão de Incidentes: Procedimentos claros para identificação, registro, tratamento e comunicação de incidentes de segurança, com plano de resposta e mitigação de impactos.
- 1.2.15.8. A contratada deverá apresentar evidências documentais que comprovem a existência e aplicação dessas práticas, podendo incluir políticas internas, relatórios de auditoria interna, registros de treinamentos, planos de resposta a incidentes, entre outros.
- 1.2.16. Ser configurado de forma que a falha de um dos equipamentos isoladamente NÃO interrompa a prestação dos serviços;
- 1.2.17. Ter sistema de provimento ininterrupto de energia elétrica, composto por grupo gerador e UPSs (Uninterruptible Power Supply), para garantir a transição entre o fornecimento normal da energia e o grupo gerador;
- 1.2.18. Ter componentes de segurança necessários para garantir a preservação dos dados em casos de incêndio e execução de plano de recuperação de catástrofes;
- 1.2.19. Não possuir campo físico visual externo das suas instalações, a fim de garantir que as informações exibidas em monitores estejam inacessíveis a leituras e a capturas externas desautorizadas;
- 1.2.20. Possuir ambiente dedicado único e exclusivamente para laboratório, onde seja possível reproduzir os incidentes e problemas do CONTRATANTE, sem que haja impacto na operação do SOC e/ou do próprio CONTRATANTE.
- 1.3. A central de serviços SOC deverá contemplar os entregáveis:
  - 1.3.1. Receber e efetuar a triagem de chamados de segurança cibernética;
  - 1.3.2. Realizar o primeiro atendimento de reportes de incidentes de segurança cibernética;

- 1.3.3. Elaborar o detalhamento dos eventos de alertas, anomalias e incidentes a fim de encaminhar ou escalar para demais níveis de atuação do SOC ou indicados pela CONTRATANTE;
- 1.3.4. Notificar e registrar apropriadamente eventos de segurança cibernética conforme a severidade;
- 1.3.5. Notificar a(s) área(s) solucionadora(s), sejam elas da CONTRATADA, do CONTRATANTE ou qualquer outro fornecedor autorizado pelo CONTRATANTE, através dos processos apropriados para iniciar a resolução;
- 1.3.6. Validar e executar instruções de trabalho relacionadas, disponibilizadas pela CONTRATANTE.
- 1.3.7. Manter o ambiente alinhado, conforme os procedimentos operacionais e padrões de arquitetura definidos pelo CONTRATANTE após reunião inicial;
- 1.3.8. Analisar o histórico de eventos, utilizando as melhores práticas de gestão da qualidade, identificando relações entre as causas raiz e que possibilitem a aplicação do processo de gestão de problemas para sua eliminação;
- 1.3.9. Implementar o modelo de gestão de indicadores de qualidade para facilitar a visibilidade da qualidade e melhoria contínua;
- 1.3.10. Utilizar metodologias ágeis para controlar a evolução da gestão de todo o ambiente;
- 1.3.11. Deverá avaliar situações em que o ambiente esteja sob ataque ou risco iminente de ataque, provendo o conhecimento e experiência necessários para as medidas de preparação, mitigação, contenção, defesa e resposta apropriadas quando possível executar os pontos listados;
- 1.3.12. Deverá propor a criação, alteração, customização, renomeação e/ou remoção de regras, para melhorar os alertas, diminuir a quantidade falsos-positivos, aumentar sua qualidade/efetividade;
- 1.3.13. Deverá sugerir elaboração, mudanças e manutenção de *playbooks* para cada caso de uso;
- 1.3.14. Atender à eventos de segurança, os quais possuem instruções indicadas em *playbooks* e *runbooks* (que serão fornecidos pela CONTRATADA, em conformidade com a CONTRATANTE);
- 1.3.15. Disponibilizar pessoal qualificado para o desempenho das atividades e deve oferecer pessoal suficiente para que não haja interrupção na monitoração das atividades;

- 1.3.16. Efetuar passagem de turno acompanhando os eventos de segurança em curso e realizar "*follow-ups*", de modo que exista acompanhamento integral até sua conclusão;
  - 1.3.17. Prestar suporte e/ou apoio necessário, sempre que solicitado, a processos de automação das atividades relacionadas ao processo do SOC;
  - 1.3.18. Acompanhar a execução dos serviços para o cumprimento dos níveis de serviço estabelecidos;
  - 1.3.19. Priorizar os atendimentos críticos, conforme definição da CONTRATANTE;
  - 1.3.20. Monitorar de forma contínua e avaliar criticamente os produtos e serviços de segurança da CONTRATANTE;
  - 1.3.21. Prover relatórios técnicos e gerenciais suficientes para a comprovação dos serviços realizados;
  - 1.3.22. Elaborar e propor plano de execução dos serviços;
  - 1.3.23. Executar outros serviços correlatos à supervisão dos profissionais na execução dos serviços;
  - 1.3.24. Deverá apoiar no processo de resposta a Incidentes de Segurança, com os relatórios extraídos da ferramenta e processos como varredura e análise de logs nas soluções de segurança da informação;
  - 1.3.25. Deve realizar, através dos demais níveis de atendimento, as seguintes atividades:
    - 1.3.25.1. Configuração de novos parsers, decoders ou similares para que o sistema normalize e armazene informações recebidas de soluções ainda não suportadas, sempre que solicitado pelo CONTRATANTE;
    - 1.3.25.2. Configuração de regras para detecção de incidentes, incluindo novas correlações entre diferentes fontes de *logs*, sempre que solicitada pela CONTRATANTE ou proativamente de acordo com a evolução do serviço;
    - 1.3.25.3. Fornecer apoio técnico para compreensão e mitigação de ataques de natureza complexa em andamento no ambiente da CONTRATANTE, no setor ou no Brasil, apontando possíveis brechas, causas e soluções.
- 1.4. O SOC deverá contar com no mínimo 3 níveis, em estrutura similar a:

- 1.4.1. Nível 1, responsável pelo atendimento telefônico, triagem, monitoramento em tempo real e coleta de dados;
  - 1.4.2. Nível 2, responsável pela análise de incidentes, resposta a incidentes, análise de ameaças avançadas e por propor e criar novos alertas/procedimentos de tratamento de incidentes;
  - 1.4.3. Nível 3, responsável pela coordenação do SOC, gerenciamento da equipe SOC (N1 e N2), garantia de operação de todas as ferramentas/sistemas, cumprimento de metas/indicadores, elaboração de relatórios de indicadores de serviço e propostas de melhoria, fornecimento de informações solicitadas, melhoria contínua dos processos operacionais, auditoria de tratamento de eventos/tickets de cyber security e apresentação de relatórios detalhados de incidentes (executivo, técnico, tendências, relatórios detalhados de incidentes).
- 1.5. A CONTRATADA deverá atuar na coleta, armazenamento, consolidação, correlação, triagem, análise, identificação de ameaças e ataques em potencial ou em andamento, execução de *playbooks* automatizados, notificações e instrução da equipe técnica da CONTRATANTE a qualquer tempo, via telefone ou outros meios estabelecidos durante as fases de implantação. A CONTRATADA não deverá realizar conexão administrativa aos serviços da CONTRATANTE para resposta a incidentes, não serão fornecidas credenciais administrativas aos servidores da CONTRATANTE, quaisquer medidas além da comunicação com os técnicos da CONTRATADA deverão ser previamente configuradas por *playbooks* automatizados em conjunto com a CONTRATADA.

## 2. SOLUÇÃO DE SIEM - SECURITY INFORMATION EVENT MANAGEMENT COM LICENCIAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

- 2.1. Fornecimento de uma solução de SIEM (Security Information and Event Management), na modalidade como serviço a qual deverá ser mantido e operado pela CONTRATADA;
  - 2.1.1. A solução de SIEM será fornecida em modalidade SaaS (Software as a Service), hospedada em infraestrutura de nuvem pública (Cloud) ou datacenter da CONTRATADA;
- 2.2. O licenciamento deve ser estimado pelo volume total de dados indexados (EPS ou GB/dia), no mínimo:
  - 2.2.1. **Volume de logs em GB/dia: 493GB ou volume de Logs em EPS: 11137.**



- 2.2.1.1. Esta capacidade refere-se ao ciclo completo de processamento, incluindo coleta, normalização, indexação, correlação e armazenamento;
- 2.2.1.2. O volume de logs poderá ser medido em EPS ou espaço de armazenamento/dia, visando a participação de fabricantes/fornecedores que utilizam qualquer uma das métricas.
- 2.3. Capacidade para retenção online (facilmente pesquisável) de 90 dias de logs completos, possibilitando investigações históricas, análises de tendência, e correlações retrospectivas por período significativo;
- 2.4. As taxas de eventos por segundo (EPS) ou volume de dados indexados por dia, devem considerar o fluxo sustentado de eventos por segundo a qual a solução deverá estar dimensionada para o processamento e retenção dos logs;
  - 2.4.1. A CONTRATADA deverá informar a CONTRATANTE sempre que o volume de eventos por segundo ou armazenamento diário estiver próximo ao limite máximo contratado para que ajustes sejam realizados, sejam removidas fontes de *logs* ou ajustadas as quantidades contratadas. Caso a solução receba mais dados do que o volume contratado, deverá ignorar o excedente, não serão aceitas cobranças de valores acima das quantidades contratadas.
- 2.5. A solução deve contemplar capacidade para monitoramento de pelo menos 1.519 (mil, quinhentos e dezenove) ativos (fontes de logs), e considerar margem para incorporação de novos sistemas durante vigência contratual, desde que o limite de EPS contratado não tenha sido atingido;
- 2.6. A solução de SIEM deverá contemplar toda a infraestrutura, licenças, sistemas operacionais, bancos de dados, subscrições, ou qualquer outro tipo de licenciamento necessário para seu completo funcionamento, de acordo com as características e prazos estipulados;
- 2.7. Os agentes de coleta de logs instalados nos servidores da Contratante deverão ser configurados para otimizar o uso de recursos computacionais (CPU, memória e largura de banda de rede), garantindo que sua operação não comprometa o desempenho dos sistemas em produção;

- 2.8. A solução deve implementar no mínimo 200 (duzentas) regras de correlação e casos de uso específicos para detecção de atividades maliciosas, contemplando táticas, técnicas e procedimentos (TTPs) utilizados por diferentes tipos de ameaças, desde atividades básicas como tentativas de força bruta ou malware convencional, até técnicas avançadas associadas a ameaças persistentes;
- 2.9. A solução de SIEM deve ser capaz de integrar-se com as ferramentas e sistemas de segurança existentes no ambiente da CONTRATANTE;
- 2.10. A CONTRATADA deverá fornecer e utilizar uma plataforma/módulo SOAR para automatizar as respostas a incidentes, orquestrar workflows de segurança e acelerar a investigação e mitigação de incidentes;
- 2.11. Possuir integração com serviço de diretório (Active Directory);
- 2.12. A solução deve disponibilizar o uso da ferramenta User Behavior Analytics (UBA) para determinar os perfis de risco de usuários e executar ações quando o aplicativo alerta sobre o comportamento ameaçador baseado em:
  - 2.12.1. Tráfego em torno de mudanças de acesso, autenticação e conta;
  - 2.12.2. Comportamento do usuário na rede, portanto, dispositivos como: proxies, firewalls, IPS e VPNs;
  - 2.12.3. Logs de terminal e de aplicativo, como de aplicativos Windows ou Linux.
- 2.13. Independentemente da atuação do serviço descrito no item 1, visando a fiscalização contratual, a CONTRATADA deverá possuir acesso via browser WEB à solução / ferramenta de SIEM, para no mínimo, a visualização dos logs recebidos, regras existentes e alertas gerados;
- 2.14. Ser capaz de coletar logs de sistemas operacionais, firewalls, antivírus, IDS, Proxy, servidores DNS, load balancers e demais dispositivos de rede ou segurança;
- 2.15. Deve possuir integração nativa com soluções de gestão de centro de operações de segurança (Security Operations Center - SOC);
- 2.16. Não será aceita solução open source ou distribuída gratuitamente;
- 2.17. Deve oferecer uma plataforma unificada, acessível via browser WEB para realizar investigações, gestão de incidentes, gestão de alertas, gestão de relatórios, administração dos componentes e gestão de inteligência externa;
- 2.18. A lógica de detecção deve ser ajustada e desenvolvida, podendo passar a utilizar múltiplos eventos e diferentes fontes de dados;
- 2.19. A solução de SIEM deverá seguir padrões de conformidade regulatória como o PCI DSS;
- 2.20. Deve suportar e ter conformidade com a matriz de correlação MITRE ATT&CK;

- 2.21. A solução de SIEM deverá possuir funcionalidade de analisar e correlacionar logs, além de trazer contextualização e enriquecimento de dados para análises, podendo ser fornecido através da plataforma especificada de monitoramento;
- 2.22. Deve armazenar todos os pacotes de forma segura;
- 2.23. Possuir procedimento de armazenamento de longo prazo, implementando o conceito de arquivador e reter logs arquivados por até 365 dias desde sua coleta;
- 2.24. Suportar a aplicação de filtros na camada de rede e de aplicação, no mínimo MAC, IP, usuário e palavras-chave;
- 2.25. A solução de SIEM deverá ser capaz de analisar e correlacionar logs, além de trazer contextualização e enriquecimento de dados para análises que serão realizadas pelo time de reposta a incidentes;
- 2.26. A solução deve realizar o encadeamento de alertas para facilitar a identificação da causa raiz;
- 2.27. A solução deve ser capaz de automatizar a resposta a incidentes, executando scripts como ação personalizada dentro das regras de correlação;
- 2.28. A solução deverá oferecer a possibilidade da utilização de quantos coletores de eventos forem necessários de acordo com sua arquitetura de preferência (network appliance ou virtualização), desde que não gere impacto no desempenho (processamento, uso de memória, uso de armazenamento) nos ativos da CONTRATANTE.
- 2.29. Deverá realizar a filtragem e seleção dos eventos a serem inseridos na solução ou mantidos na base de dados da solução, conforme períodos definidos previamente;
- 2.30. Deverá possibilitar a criação e modificação de políticas de retenção;
- 2.31. Deverá realizar a normalização e categorização dos eventos em um padrão único, que será utilizado pela solução;
- 2.32. Deverá oferecer suporte nativo para o reconhecimento e coleta de pelo menos 250 tipos distintos de fontes de dados;
- 2.33. Deverá realizar a agregação de eventos, exibindo a contagem de ocorrências quando o mesmo evento acontecer dentro de um período curto;
- 2.34. A possibilidade de efetuar a agregação de eventos deve ser configurável, permitindo escolher entre realizar ou não essa operação;
- 2.35. Deverá ter a capacidade de agregar informações de localização geográfica dos endereços IP envolvidos no evento, a fim de utilizá-las na correlação;

- 2.36. A solução deve oferecer a capacidade de criar automaticamente *datasources* com base na detecção do tipo de fonte de log, a partir das opções nativamente suportadas e enviadas via Syslog;
- 2.37. A solução deve possuir um repositório que ofereça novas regras de correlação especializadas em segurança para atualização e expansão da capacidade de detecção de incidentes, sem custos adicionais;
- 2.38. A solução deve permitir a criação de regras que identifiquem mudanças de comportamento, como surtos ou ausência de eventos/tráfego, quando comparados a períodos semelhantes (por exemplo, mesmo período do dia, mesmo dia da semana);
- 2.39. A solução deve permitir a criação de regras que identifiquem desvios em qualquer metadado, em relação aos limites preestabelecidos;
- 2.40. A solução deve possuir a capacidade de detectar automaticamente padrões de ataques especializados que ocorrem ao longo do tempo e não foram previstos ou observados anteriormente.
- 2.41. A solução deve integrar-se com ferramentas externas como Nslookup, Whois e Nmap;
- 2.42. A solução deve permitir o correlacionamento de eventos e alertas com dados existentes em listas de observação (watchlist), permitindo também a criação e edição automatizada e manual de listas;
- 2.43. Permitir buscas utilizando expressões regulares e palavras-chave em todo o conteúdo dos dados e metadados capturados;
- 2.44. A solução de SIEM poderá utilizar agentes para as coletas dos dados, os agentes serão instalados pela equipe técnica da Contratante;
  - 2.44.1. A CONTRATADA fornecerá documentação técnica detalhada e scripts de instalação automatizados. A equipe da CONTRATADA fará suporte remoto durante instalação.
- 2.45. A coleta de eventos de dispositivos (ativos geradores de eventos) não suportados nativamente poderá ser feita através de conectores customizados. Estes conectores customizados devem utilizar padrões de mercado como CSV, arquivo texto, XML, SYSLOG, ODBC, JDBC, SNMP Trap v1, v2c e v3, entre outros;
- 2.46. Caso a fonte geradora de eventos não possua capacidade de gerar eventos com riqueza de detalhes ou úteis para o processamento do SIEM, a CONTRATADA deverá disponibilizar módulos para coleta de eventos em *endpoint* e em rede;

- 2.47. A Detecção por análise de *logs*, onde o analista realiza pesquisas, revisões e análises estatísticas no histórico de *logs* armazenados na Solução Integrada de SOC, com o objetivo de identificar comportamentos e evidências que indiquem atividades maliciosas ou novas ameaças;
- 2.48. O acesso a solução de monitoramento deverá ser realizado apenas pela equipe de segurança da CONTRATANTE e a equipe de serviço de SOC da CONTRATADA;
- 2.49. Deve possuir arquitetura de forma distribuída, possuindo por exemplo os seguintes módulos ou componentes: módulo de coleta de pacotes e *logs* e geração de dados, módulo de indexação, agregação e enriquecimento dos dados e coletores;
- 2.50. Para a monitoração de alertas de segurança, a detecção consiste em avaliar os alertas de segurança dos sensores buscando indicadores de comportamentos maliciosos que ultrapassem os limiares estabelecidos na *baseline*. A lógica de detecção deve ser ajustada e desenvolvida, podendo passar a utilizar múltiplos eventos e diferentes fontes de dados. Os alertas devem indicar minimamente:
- 2.50.1. Ataques de força bruta com e sem sucesso;
  - 2.50.2. Falhas de autenticação que indiquem suspeita de roubo de identidade;
  - 2.50.3. Infecção de equipamentos por vírus;
  - 2.50.4. Comprometimento de ativos da rede;
  - 2.50.5. Realização de ações suspeitas por parte de usuários privilegiados;
  - 2.50.6. Alertas de operação de serviços, como interrupções e falhas;
  - 2.50.7. Ataques de negação de serviço;
  - 2.50.8. Ataques comuns em aplicações WEB, como XSS e SQL injection;
  - 2.50.9. Atividades de *botnets*.
- 2.51. A CONTRATADA deve configurar proativamente na solução de SIEM, regras de correlacionamento, baseadas em boas práticas de segurança e bases de conhecimento próprias, customizadas para o ambiente da CONTRATANTE, monitorando minimamente:
- 2.51.1. Detecção de *rootkits* conhecidos;
  - 2.51.2. Detecção de não conformidades em ativos;
  - 2.51.3. Integridade de arquivos críticos e de configuração através de agentes;
  - 2.51.4. Detecção de anomalias de comportamento baseado em estatísticas (Statistical Behavioral Analysis);
  - 2.51.5. Detecção de anomalias com base em tendências (Trend Behavior Analysis);
  - 2.51.6. Detecção de padrões em *logs*;

- 2.51.7. Detecção de padrões baseados em uma sinalização específica (*thresholds*);
- 2.51.8. Detecção de padrões baseados em valores unitários;
- 2.51.9. Detecção de ameaças que saem de normas básicas (*whitelisting*).
- 2.52. Fornecer a funcionalidade de geração de relatórios de conformidade, abrangendo, pelo menos, normas da família ISO 27000;
- 2.53. A CONTRATADA ficará, durante a vigência contratual do presente objeto, incumbida de realizar parametrizações, customizações e manutenções na plataforma de SIEM;
- 2.54. A CONTRATADA deverá realizar atividades de evolução da infraestrutura, para atendimento de ajustes, implantação de novas tecnologias, melhorias ou necessidades específicas no ambiente tecnológico do SIEM;
- 2.55. Realizar atualização de versão de todos os softwares do parque tecnológico que sustentam a plataforma de SIEM, aplicando pelo menos atualizações do tipo *minore patches* de segurança.

### 3. ADICIONAL DE TRÁFEGO SOB DEMANDA – 1000 EPS

- 3.1. Serviço sob demanda para incremento do volume de *logs* ingeridos pela solução de SIEM (item 2) e tratados pelo serviço de SOC (item 1);
  - 3.1.1. Este serviço deverá ser solicitado sob demanda, por meio de Ordem de Serviço emitido pela CONTRATANTE, após reunião de alinhamento entre as partes, sempre que necessário;
- 3.2. Suporte ao recebimento de até 1000 EPS adicionais, ou o equivalente a 1000 eventos com 550 bytes por segundo de armazenamento;
- 3.3. Este serviço deverá ser contratado na hipótese de aumento repentino do volume de *logs* gerados pelos ativos da CONTRATANTE, devido à entrada em produção de novos sistemas que gerem muitos logs por natureza ou de eventual ataque prolongado que aumente consideravelmente o volume de *logs* enviados ao SIEM e tratados pelo SOC.
  - 3.3.1. O SIEM deverá ignorar *logs* recebidos em quantidade superior à contratada;
  - 3.3.2. Não serão aceitas cobranças pela ingestão de *logs* não contratados, por este motivo, a CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE caso o limite de ingestão de *logs* esteja próximo do limite contratado.
- 3.4. A CONTRATADA deverá fornecer relatório de utilização mensal deste recurso à CONTRATANTE;

### 4. REQUISITOS GERAIS DOS SERVIÇOS

- 4.1. A empresa CONTRATADA deve disponibilizar três tipos de canais de comunicação, especificamente:
- 4.1.1. **Telefone linha telefônica 0800:** Para contato direto e imediato, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, permitindo comunicação rápida em casos de urgência. Com atendimento em português;
  - 4.1.2. **E-mail com domínio registrado e de propriedade da CONTRATADA:** Para solicitações formais, documentação de incidentes e comunicação de problemas não imediatos, garantindo um registro escrito das interações;
  - 4.1.3. **Portal de Atendimento:** Sistema de ITSM, do inglês Information Technology Service Management (Gerenciamento de Serviços de TI).
- 4.2. Independente do canal de comunicação utilizado pelo CONTRATANTE, as solicitações devem ser convergidas, atualizadas, resolvidas e concentradas em um único sistema de ITSM. Ou seja, imaginando que o CONTRATANTE realize a abertura de uma nova solicitação de serviço via linha telefônica gratuita, no segundo que segue a sua solicitação, a mesma deve constar no sistema de ITSM, assim também deve se proceder em chamados abertos via e-mail;
- 4.3. Sobre o canal de comunicação do item 4.1: via linha telefonia gratuita (0800), tais ligações obrigatoriamente devem ser atendidas e/ou recepcionadas por uma interface humana, não sendo permitido utilização de URA (Unidade de Resposta Audível), e/ou qualquer usufruto de atendimento eletrônico;
- 4.4. Para um eventual cenário de crise, ou seja, onde o negócio da CONTRATANTE estiver sendo fortemente afetado por um problema envolvendo a segurança da informação, a CONTRATADA deverá disponibilizar uma sala de videoconferência virtual própria e segura, onde a qualquer tempo poderá ser utilizada para reuniões emergenciais para tratamento de crises;
- 4.5. Tal sala deve estar disponível via internet e seu acesso deve obrigatoriamente ser criptografado, utilizando protocolo SSL (Secure Socket Layer). A CONTRATADA também deve garantir que os protocolos de comunicação, utilizados pela sala de videoconferência devem ser criptografados;
- 4.6. A sala virtual deve ter capacidade para até 10 (dez) pessoas da CONTRATANTE simultaneamente, e a fim de evitar eventuais perdas de tempo em momento de crise, a sala deve estar acessível a qualquer tempo, não sendo criada apenas no momento da crise;



- 4.7. Estrutura de técnico especializado disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, para tratamento de incidentes críticos que possam comprometer a operacionalidade, desempenho ou segurança da solução. O suporte deve ser acessível através de múltiplos canais complementares, incluindo obrigatoriamente telefone para casos críticos que exijam comunicação imediata e sincronizada e e-mail para comunicações assíncronas;
- 4.8. A contratada, fica obrigada a comunicar ao MPMS, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)

#### 4.9. IMPLANTAÇÃO

- 4.9.1. A implantação deverá ser conduzida mediante aplicação de metodologia formal e consolidada, preferencialmente alinhada às práticas do Project Management Institute (PMI), consubstanciadas no Project Management Body of Knowledge (PMBOK), ou metodologias equivalentes amplamente reconhecidas no mercado. O projeto deverá ser estruturado em etapas lógicas e sequenciais, com entregas incrementais que possibilitem validação progressiva e agregação de valor desde os estágios iniciais, evitando abordagem que concentraria riscos e complexidade no final do projeto. A estruturação recomendada contempla as seguintes fases principais:
- 4.9.2. Fase 1 - Planejamento e Design Detalhado, com duração estimada de 15 (quinze) dias, englobando: realização de reunião inicial (kickoff) com apresentação da equipe, metodologia, abordagem, cronograma e expectativas; levantamento de requisitos, com participação dos principais stakeholders do MPMS, documentando necessidades específicas, prioridades, restrições e interfaces com sistemas existentes; elaboração de documento de arquitetura, descrevendo os componentes da solução, requisitos de infraestrutura, integrações e considerações de segurança; definição de escopo inicial para implantação, identificando fontes de log prioritárias, casos de uso essenciais, workflows operacionais e critérios de aceitação; e elaboração de plano detalhado de migração e implantação, contemplando estratégia de roll-out, abordagem de testes, planos de contingência e critérios para transição entre fases;



- 4.9.3. Fase 2 - Integração Inicial de Fontes de Log Prioritárias, com duração estimada de 15 (quinze) dias, englobando: implantação de coletores e configurações para integração com fontes prioritárias identificadas no planejamento, tipicamente incluindo sistemas de segurança perimetral, serviços críticos e aplicações core; configuração de parsers, extratores de campos e normalizadores para cada tipo de fonte, garantindo correta interpretação e estruturação dos eventos coletados; implantação de verificações de qualidade de dados, com mecanismos de alerta para falhas de coleta, interrupções no fluxo de eventos ou anomalias em formato ou conteúdo; validação técnica das integrações implantadas, verificando completude, acurácia, consistência e tempestividade dos dados coletados;
- 4.9.4. Fase 3 - Configuração de Correlações, Alertas e Dashboards Básicos, com duração estimada de 15 (quinze) dias, englobando: implementação e implantação de conjunto inicial de regras de correlação, abrangendo cenários de ameaça prioritários identificados em conjunto com equipe de segurança do MPMS; configuração de mecanismos de alerta para detecções realizadas, incluindo interface visual, notificações por e-mail e integrações com sistemas de ticketing existentes; desenvolvimento de dashboards operacionais para diferentes perfis de usuário, incluindo visões para analistas de segurança, gestores técnicos e executivos; implementação de relatórios básicos para atendimento a requisitos regulatórios e operacionais prioritários; realização de ajustes e fine-tuning em regras e correlações, baseados em validação inicial em ambiente real, para minimização de falsos positivos e otimização de performance; configuração de casos de uso específicos para ameaças particularmente relevantes para o ambiente do MPMS;

4.9.5. Fase 4 - Refinamento, Ajustes e Otimizações, com duração estimada de 45 (quarenta e cinco) dias, englobando: expansão progressiva da cobertura de monitoramento, incorporando fontes adicionais de log conforme priorização estabelecida; implementação de regras de correlação avançadas, casos de uso específicos e detecções baseadas em comportamento, ampliando capacidade de identificação de ameaças sofisticadas; realização de ajustes e otimizações em configurações técnicas, baseados em observação do comportamento real da solução em produção; refinamento de processos operacionais, incorporando lições aprendidas durante fases iniciais e feedback da equipe operacional; desenvolvimento de dashboards e relatórios avançados, atendendo a necessidades específicas identificadas durante a operação inicial; implementação de integrações adicionais com sistemas existentes no ambiente do MPMS; e realização de testes aprofundados de segurança e validação de controles de acesso, garantindo que a própria solução não introduza riscos ao ambiente;

4.9.6. A fase de implementação inicial deverá ser concluída em prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato.

#### 4.10. MODALIDADE DE ATENDIMENTO

4.10.1. A modalidade principal de atendimento será do tipo remota, ou seja, a ser realizada através das dependências da CONTRATADA, obedecendo os critérios estabelecidos para execução no presente termo de referência. Os atendimentos referentes ao objeto contratado são ilimitados durante o período de vigência do contrato, ou seja, não existe limite para quantidade de horas, e/ou quantidade de atendimentos realizados;

4.10.2. Os serviços devem obrigatoriamente serem executados, ofertados, e estarem acessíveis ao CONTRATANTE em regime de 24 (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, durante todo o período de vigência do contrato.

#### 4.11. ACESSIBILIDADE E CONFIDENCIALIDADE

4.11.1. A fim de garantir a segurança entre CONTRATANTE e o SOC da CONTRATADA, não será permitido SOC terceirizado ou consorcio de empresas;

4.11.2. A CONTRATADA deve assinar e entregar à CONTRATANTE na reunião de alinhamento no início da vigência do contrato, termo de confidencialidade e sigilo, conforme ANEXO – Termo de Confidencialidade e Sigilo;

- 4.11.2.1. Esse documento estabelece as condições para a prestação dos serviços acerca do sigilo das informações custodiadas, do acesso restrito das informações aos técnicos designados no projeto, e da propriedade intelectual de todos os produtos e conhecimentos advindos da execução do contrato;
  - 4.11.2.2. O termo de confidencialidade e sigilo deve ser reconhecido e assinado por todos os funcionários que executem serviços, diretamente ou indiretamente, no âmbito do contrato;
  - 4.11.2.3. A CONTRATANTE pode solicitar, a qualquer momento, a comprovação dessa obrigação;
  - 4.11.2.4. O respectivo termo deve ser entregue antes do início das atividades;
  - 4.11.2.5. Tais exigências visam proteger o CONTRATANTE contra o uso indevido de informações sob sua custódia por parte de profissional da CONTRATADA, assim como estão em conformidade com boas práticas de gestão e governança de TI.
- 4.11.3. Para a prestação dos serviços remotos, a CONTRATADA deverá utilizar Centros de Operação de Segurança próprios;
- 4.11.4. A CONTRATADA deverá possuir plano de contingência de atendimento em caso de impedimento de acesso à Central de Serviços, sendo aceito o atendimento em modo contingência somente em casos de desastre ou previamente justificados e aprovados pela CONTRATANTE;

4.11.5. Para garantir a qualidade e disponibilidade dos serviços remotos entre a CONTRATANTE e o SOC da CONTRATADA, deverá ser disponibilizada VPN segura, a configuração e equipamentos serão responsabilidade e propriedade da CONTRATADA. Caberá à CONTRATANTE apenas a disponibilidade de infraestrutura física no seu Data Center, ou seja, energia elétrica, espaço no rack, climatização adequada, e sistemas de combate a incêndio e fornecimento de acesso à internet para conexão. Tais equipamentos e/ou soluções devem possuir contratos de garantia junto ao seu respectivo fabricante, com suporte em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano. Não serão aceitas soluções que utilizem os servidores físicos ou virtuais da CONTRATANTE. Todos os módulos locais, de VPN ou coleta de logs, deverão utilizar esta estrutura física.

#### 4.12. GESTÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS:

4.12.1. A execução dos serviços deverá ser gerenciada pela CONTRATADA, através de um ponto único de contato, que fará o acompanhamento da qualidade e dos níveis de serviços alcançados, com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções de rumo;

4.12.2. Deverá ser considerado nos serviços prestados, no mínimo:

- 4.12.2.1. Suporte e acompanhamento periódico do contrato referente a todos entregáveis previstos no contrato;
- 4.12.2.2. Gerar e acompanhar indicadores da operação;
- 4.12.2.3. Reunião mensal de resultados;
- 4.12.2.4. Análise e acompanhamento referente aos prazos e incidentes;
- 4.12.2.5. Geração de relatório de KPIs;
- 4.12.2.6. Geração de relatório mensal sumarizado com status, ocorrências e ações sugeridas e/ou realizadas;
- 4.12.2.7. Manter e melhorar os serviços de TI oferecidos;
- 4.12.2.8. Acompanhar o desempenho de serviços nas revisões dos SLAs;
- 4.12.2.9. Emissão de relatório de consumo de serviços mensal;

4.12.2.10. Quaisquer incidentes, que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviços definidos, devem ser, imediatamente, comunicados, à CONTRATANTE, que colaborará, com a CONTRATADA, na busca da melhor solução para a solução dos incidentes;

4.12.3. Cada serviço poderá ser associado um Nível de Serviço. O nível de serviço poderá ser definido em função de, no mínimo:

4.12.3.1. Disponibilidade;

4.12.3.2. Tempo Médio de Reparo (MTTR);

4.12.3.3. Tempo Médio entre Falhas (MTBF);

4.12.3.4. Tempo Máximo de Parada;

4.12.3.5. Tempo de Resposta;

4.12.3.6. Relatórios de Alarmes, Inventário e Disponibilidade.

#### 4.13. ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇOS – SLA

4.13.1. Disponibilidade mínima de 99% mensal para a plataforma SIEM, excluindo-se exclusivamente janelas de manutenção programadas e formalmente comunicadas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;

4.13.2. Regime de operação contínua 24x7x365 para o Centro de Operações de Segurança (SOC), com disponibilidade mínima de 99%;

4.13.3. Disponibilidade mínima de 99% para coletores críticos, especialmente aqueles responsáveis por fontes altamente relevantes para detecção de ameaças;

4.13.4. Ao final de cada mês, a empresa CONTRATADA deverá entregar relatório de disponibilidade dos serviços para averiguação do fiscal técnico do contrato;

4.13.5. A assertividade para alertas de severidade crítica e alta deve ser particularmente rigorosa, não inferior a 95%, considerando-se o potencial impacto operacional de mobilização emergencial para tratamento de falsos alarmes nessas categorias;

4.13.6. Deverá ser garantido, no mínimo, os seguintes tempos para início de atendimento e tratativas para alertas de criticidade detectada no ambiente:

Indicador	Descrição	Resultado Previsto	Disponibilidade
TME-L	Tempo Médio de Espera - Ligações (Tempo esperado para atendimento telefônico)	Até 60 segundos	24x7x365

TME-E	Tempo Médio de Espera - Eletrônico (Tempo esperado para atendimento de registro Web)	Até 15 minutos	24x7x365
TMR	Tempo Médio para Resposta (Tempo esperado para acionamento de equipe solucionadora)	Até 30 minutos após registro do chamado	24x7x365
TMA Crítica	Tempo Médio de Atendimento (Incidentes que contemplem ambiente parado e/ou indisponibilidade total da solução)	Até 60 minutos após registro do chamado	24x7x365
TMA Alta	Tempo Médio de Atendimento (Incidentes que afetem usuários e aplicações críticas, sem ambiente parado)	Até 2 horas após registro do chamado	24x7x365
TMA Média	Tempo Médio de Atendimento (Incidentes de performance, lentidão ou que afetem usuários e aplicações, permitindo medida de contorno)	Até 8 horas após registro do chamado	24x7x365
TMA Baixa	Tempo Médio de Atendimento (Incidentes de erros e alertas que afetem usuário ou aplicações não críticas; Inclusão e Remoção de Ativo monitorado Dúvidas, orientações e informações sobre qualquer item relacionado a solução)	Até 8 horas comerciais após registro do chamado	10x5 Horário Comercial 08:00hrs às 18:00hrs
TMA Ajustes	Tempo Médio de Atendimento (Ajustes e criação de novos decoders, parsers, regras, correlações, etc)	Até 5 dias úteis	10x5 Horário Comercial 08:00hrs às 18:00hrs
SLA	Acordo de Nível de Serviço (Percentual esperado por indicador)	90%	Mensal

4.13.7. Deverá ser garantido, no mínimo, os seguintes tempos para início de atendimento e tratativas para alertas de criticidade detectada no ambiente, considerando eventos identificados no ambiente com severidade na escala de 1 a 16, sendo 1 eventos informacionais de pouca relevância, 12 eventos que necessitam de investigação e 16 eventos críticos do ponto de vista da cibersegurança (a solução deverá possuir níveis de eventos desta forma ou de forma similar):

CRITICIDADE	NÍVEIS DE EVENTO	REGIME DE ATENDIMENTO	INÍCIO DE ATENDIMENTO
1 - Crítica	=>12	24 x 7	Em até 30min
2 - Alta	10-11	24 x 7	Em até 1 horas
3 - Média	06-09	24 x 7	Em até 4 horas
4 - Baixa	=<05	24 x 7	Em até 8 horas

#### 4.14. DAS GLOSAS E ADEQUAÇÕES DE PAGAMENTO POR DESCUMPRIMENTO DE NÍVEIS DE SERVIÇO

4.14.1. Para cada chamado que descumprir os prazos estabelecidos no item 4.13.6 e 4.13.7, serão aplicadas as seguintes glosas:

4.14.1.1. Criticidade 1 (Crítica - Níveis de Evento  $\geq 12$ ): Glosa de 5% do valor mensal do Item 1 por chamado não atendido no prazo de 30 minutos.

4.14.1.2. Criticidade 2 (Alta - Níveis de Evento 10-11): Glosa de 3% do valor mensal do Item 1 por chamado não atendido no prazo de 1 hora,

4.14.1.3. Criticidade 3 (Média - Níveis de Evento 06-09): Glosa de 1,5% do valor mensal do Item 1 por chamado não atendido no prazo de 4 horas.

4.14.1.4. Criticidade 4 (Baixa - Níveis de Evento  $\leq 05$ ): Glosa de 0,5% do valor mensal do Item 1 por chamado não atendido no prazo de 8 horas.

4.14.1.5. As glosas previstas serão aplicadas apenas quando o percentual de chamados atendidos fora do prazo ultrapassar 10% do total mensal de chamados da respectiva criticidade. Enquanto o SLA de 90% for cumprido, não haverá aplicação de glosas por descumprimento de prazos individuais.

#### 4.14.2. Descumprimento de Disponibilidade do Serviço

4.14.2.1. Para cada ponto percentual abaixo de 99% de disponibilidade mensal do serviço de SOC (Item 1), será aplicada glosa de 2% sobre o valor mensal do Item 1.

4.14.2.2. Para cada ponto percentual abaixo de 99% de disponibilidade mensal da plataforma SIEM (Item 2), será aplicada glosa de 2% sobre o valor mensal do Item 2.

4.14.2.3. Para cada ponto percentual abaixo de 99% de disponibilidade dos coletores críticos, será aplicada glosa de 1% sobre o valor mensal do Item 2. Em caso de queda motivada por infraestrutura da CONTRATANTE, não será considerada indisponibilidade.

#### 4.14.3. Descumprimento de Indicadores de Atendimento



4.14.3.1. TME-L (Tempo Médio de Espera - Ligações): Para cada atendimento telefônico que exceder 60 segundos, glosa de 2% sobre o valor mensal do item 1 por ocorrência, limitado a 10% do valor mensal do Item 1;

4.14.3.2. TME-E (Tempo Médio de Espera - Eletrônico): Para cada registro eletrônico que exceder 15 minutos para atendimento, glosa de 2% sobre o valor mensal do item 1 por ocorrência, limitado a 6% do valor mensal do Item 1;

4.14.3.3. TMR (Tempo Médio para Resposta): Para cada acionamento que exceder 30 minutos, glosa de 2% do valor mensal do item 1 por ocorrência, limitado a 10% do valor mensal.

#### 4.14.4. Descumprimento de Obrigações da Solução SIEM

4.14.4.1. Assertividade de alertas críticos e altos inferior a 95%: Glosa de 2% do valor mensal do Item 2 para cada 1 ponto percentual abaixo do mínimo estabelecido, limitado a 20% do valor mensal;

4.14.4.2. A assertividade será calculada pela fórmula: (Alertas confirmados como verdadeiros / Total de alertas críticos e altos que deveriam ter sido emitidos) × 100, considerando apenas alertas investigados e classificados pela CONTRATANTE do período;

4.14.4.3. Alertas não investigados pela CONTRATANTE no prazo serão considerados verdadeiros para fins de cálculo de assertividade;

4.14.4.4. Não cumprimento do prazo de 5 dias úteis para ajustes, criação de decoders, parsers e regras: Glosa de 1% do valor mensal do Item 2 por dia de atraso, limitado a 20% do valor mensal.

#### 4.14.5. Cumulatividade e Limite Máximo de Glosas

4.14.5.1. As glosas previstas no item 4.14 são cumulativas entre si, desde que referentes a descumprimentos distintos;

4.14.5.2. O valor total das glosas aplicadas em um único mês não poderá exceder 50% do valor mensal total dos serviços contratados;

4.14.5.3. As glosas não têm caráter punitivo, constituindo adequação de pagamento pela prestação parcial ou inadequada do serviço, sem prejuízo da aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente. As glosas aplicadas deverão observar o princípio da proporcionalidade, considerando a gravidade da falha, reincidência, impacto efetivo à CONTRATANTE e medidas corretivas adotadas pela CONTRATADA;

4.14.5.4. Caso o somatório de glosas atinja ou exceda 50% do valor mensal por três meses consecutivos ou cinco meses alternados no período de 12 meses, a CONTRATANTE poderá rescindir o contrato por inexecução total ou parcial.

#### 4.14.6. Processo de Aplicação de Glosas

4.14.6.1. As glosas serão calculadas mensalmente pelo fiscal técnico do contrato com base nos relatórios de SLA e demais evidências documentais;

4.14.6.2. A CONTRATADA será notificada sobre as glosas apuradas, tendo prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de justificativas ou contestações;

4.14.6.3. Após análise das justificativas, o fiscal técnico emitirá parecer conclusivo, que será submetido à autoridade competente para homologação;

4.14.6.4. Os valores glosados serão deduzidos da fatura mensal correspondente ou da fatura subsequente, caso já tenha ocorrido o pagamento;

4.14.6.5. As glosas aplicadas deverão ser discriminadas na nota fiscal/fatura, com descrição do descumprimento que lhe deu origem.

4.14.7. Não serão aplicadas glosas quando o descumprimento decorrer de:

4.14.7.1. Caso fortuito ou força maior devidamente comprovados;

4.14.7.2. Falhas em infraestrutura, conectividade ou sistemas sob responsabilidade da CONTRATANTE que impeçam a execução dos serviços;

- 4.14.7.3. Indisponibilidade de informações, acessos ou aprovações necessárias da CONTRATANTE;
- 4.14.7.4. Manutenções emergenciais autorizadas pela CONTRATANTE;
- 4.14.7.5. Ataques cibernéticos de larga escala que afetem múltiplos clientes simultaneamente, desde que comprovado e comunicado em até 2 horas.
- 4.14.7.6. A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 horas sobre qualquer evento que possa enquadrar-se como excludente, apresentando evidências e documentação suporte.
- 4.14.8. Durante os primeiros 90 dias de operação (Período de Estabilização), as glosas previstas neste item serão aplicadas com redução de 50% sobre os percentuais estabelecidos, visando permitir ajustes operacionais e calibragem de processos. Após o Período de Estabilização, os percentuais integrais passam a vigorar.

## 5. REQUISITOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- 5.1. No momento da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá demonstrar que possui equipe técnica com, no mínimo, duas das certificações abaixo:
  - 5.1.1. ISC2 CISSP - Certified Information System Security Professional;
  - 5.1.2. ISACA CISM - Certified Information Security Manager;
  - 5.1.3. GIAC GCFE - Certified Forensic Examiner;
  - 5.1.4. EC Council C|EH - Certified Ethical Hacker;
  - 5.1.5. EC Council C|PENT Certified Penetration Testing Professional;
  - 5.1.6. EC Council C|SA - Certified SOC Analyst;
  - 5.1.7. EC Council C|HFI – Computer Hacking Forensic Investigator;
  - 5.1.8. Offensive Security OSCP+ - Offensive Security Certified Professional;
  - 5.1.9. Offensive Security OSCE<sup>3</sup> - Offensive Security Certified Expert;
  - 5.1.10. CompTIA Security+;
  - 5.1.11. CompTIA CYSA+;
  - 5.1.12. Profissional certificado, nível Administrador em soluções de SIEM.
- 5.2. Comprovação de que a proponente tem pelo menos um profissional com a certificação PMP - Project Management Professional – reconhecida pelo PMI – Project Management Institute;

5.3. Comprovação de que o licitante possui vínculo com os profissionais certificados, mediante qualquer das alternativas a seguir:

5.3.1. Apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social – CTPS e ficha de empregado) sendo o profissional empregado do licitante;

5.3.2. Apresentação de contrato social, sendo o profissional integrante do quadro societário do licitante;

5.3.3. Apresentação de contrato de prestação de serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e o licitante.

## TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

(ANEXO II DA RESOLUÇÃO Nº 11/2018-PGJ, DE 25 DE MAIO DE 2018)

Eu, \_\_\_\_\_(NOME)\_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, expedido pelo órgão \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado(a) em \_\_\_\_\_, **DECLARO** ter pleno conhecimento sobre o tratamento de informações institucionais e da minha responsabilidade para com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, MPMS, em adotar as medidas de segurança institucionais adequadas, bem como em manter sigilo sobre dados e informações de natureza sigilosa ou sensível que, por força de minha função, venham a ser do meu conhecimento e cuja divulgação a terceiros possa, de algum modo, causar risco ou dano de qualquer ordem ao MPMS, a seus integrantes, à sociedade e/ou ao Estado, **COMPROMETENDO-ME** a guardar o sigilo necessário nos termos da legislação vigente, sobretudo conforme as normas citadas no presente Termo.

Comprometo-me, ainda, sem prejuízo das demais medidas de segurança institucionais necessárias, a:

1. zelar pela proteção dos equipamentos, documentos, materiais, áreas, instalações, processos e sistemas de informação sob minha responsabilidade ou que me forem disponibilizados para uso, fazendo-o no estrito interesse do serviço desta Instituição;
2. não praticar quaisquer atos que possam, de algum modo, afetar o sigilo ou a integridade dos dados e informações sigilosas ou sensíveis e dos materiais de acesso restrito;
3. salvo com autorização da autoridade competente e para fins institucionais, não copiar ou reproduzir, por qualquer meio ou modo, dados ou informações sigilosas ou sensíveis;
4. acompanhar as alterações legislativas a respeito do assunto e a manter conduta adequada ao quanto disposto em tais normas.

Firmo o presente por estar de acordo com suas disposições e ciente das sanções aplicáveis no âmbito penal, cível e administrativo.

(Local e data), \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do[a] Declarante)

## LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

1. Constituição Federal, art. 5º, XXXIII – “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, **ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado**”;
2. Lei Federal nº 12.257/2011 – Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º da Constituição Federal;

3. Lei Estadual nº 1.102/90, art. 218, IV – “São deveres do funcionário: (...) **guardar sigilo sobre os assuntos da repartição e, especialmente, sobre despachos, decisões ou providências**”;
4. Resolução nº 7/2015-PGJ – Dispõe sobre a Política de Segurança da Informação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul;
5. Resolução nº 10/2018-PGJ – Dispõe sobre a Política de Segurança Institucional;
6. Resolução nº 11/2018-PGJ, Anexo I – Dispõe sobre o Plano de Segurança Institucional.